



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DSATS  
A Secretária-Geral

06/2/16

Maria do Rosário Boléo  
Adjunta da Secretária-Geral

Ofº nº 1020/MAP - 15 Fevereiro 06

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 8695	17-11-2005	Registo nº 4270	18-11-2005

**ASSUNTO:** RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 1046/X (1ª) - AC DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005, DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ LUÍS FERREIRA (PEV) - EDIFICAÇÕES EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO PNSC

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 900/2006/1157 de 13 de Fevereiro, do Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Á DAPLEN  
06/02/16

A Directora de Serviços

A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

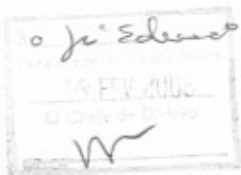
SMM



Gabinete da Secretária-Geral

06/02/16

Proc.º n.º 3





MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
*Gabinete do Ministro*

GABINETE do MINISTRO  
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 777

Data 14 / 2 / 2006

Exma. Senhora  
Dra. Maria José Ribeiro  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares

Palácio de S. Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa Referência	Data
		MAOTDR/900/2006/1157 PROCº 48.01	13-02-2006
ASSUNTO: <b>REQUERIMENTO N.º 1046/X/ (1ª) – AC DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005, DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ LUÍS FERREIRA (PEV)</b> <b>Edificações em situação irregular no PNSC”</b>			

Em resposta ao Requerimento nº 1046/X/ (1ª) – AC de 14 de Novembro de 2005, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de informar V. Exa. que:

- 1 – Do conjunto dos processos identificados como em situação irregular, 15 correspondiam a processos de contra-ordenações, cuja decisão foi de aplicação de coima, estando a decorrer os procedimentos conclusivos inerentes.
- 2 – Os processos com deliberação de demolição, (um com projecto de decisão de demolição do ex-Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território de 05.12.2002 e outro com projecto de decisão de demolição da Câmara Municipal de Sintra) aguardam conclusão dos respectivos trâmites judiciais.
- 3 – Quanto às restantes situações está a ser preparado um exaustivo levantamento/identificação para que se possa avançar com o subsequente e adequado procedimento legal.
- 4 – Sendo a reposição da legalidade uma prioridade para este Ministério iniciou-se um processo de avaliação das situações existentes que se mostrem desconformes com a legislação aplicável e as correspondentes intervenções de requalificação, tendo esta tarefa sido cometida ao grupo coordenador criado pelo Despacho Conjunto nº 1006/2003, de 5 de Novembro, que centrará a sua actuação na identificação das situações de violação da legalidade, propondo as acções necessárias à sua reposição, em especial nas áreas do domínio público marítimo e nas áreas protegidas do litoral.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

*Conceição Cordovil*

/EG